

# Lula e Weffort conclamam à unidade em Minas

## Governo quer salvar o BNH à custa do mutuário

### A Constituinte que queremos (íntegra da proposta)

JULHO DE 1985 — Nº 11



ÓRGÃO DA COMISSÃO  
EXECUTIVA NACIONAL DO  
PARTIDO DOS TRABALHADORES  
Cr\$ 1.000,00

*“Conseguirá o PT transformar a campanha eleitoral de 1985 numa ampla campanha de massa, aberta e democrática?”*

*José Álvaro Moisés*

## Para enviar urgentemente a Lula

Estimado amigo:

Lei informaciones públicas sobre supuestas afirmaciones mías con relación a tu línea política. Conversé en privado sobre diversos temas con diferentes personalidades brasileñas que visitaron nuestro país en los últimos tiempos, quienes me preguntaron opiniones sobre los más variados temas.

A fin de que no quede la menor duda sobre lo que pienso, deseo expresarte por este medio mis sentimientos de profundo respeto a tus opiniones y decisiones políticas, y mi sincero aprecio por tu noble y meritoria lucha en favor de los intereses de los trabajadores y del pueblo de Brasil.

Amistosamente,

Fidel

**NOTA DA REDAÇÃO:** Lula está indo a Cuba este mês a convite de Fidel

“...sou filiado ao PT e gostaria de contar com a vossa colaboração no sentido de que fossem enviados para mim, ficando as despesas por minha conta, Boletins informativos e uma cópia da proposta do Partido.” Tudo pelo Partido dos Trabalhadores.

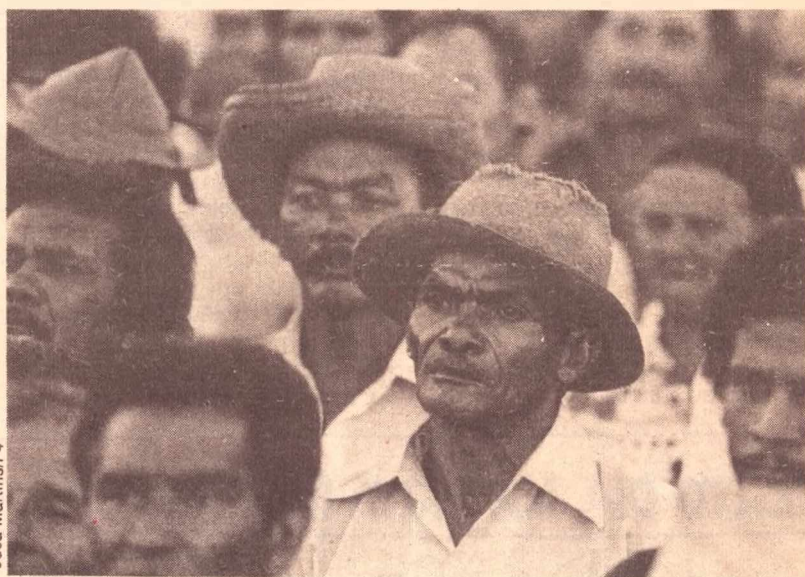
**Jerônimo Silva Galvão**  
Rua Beni, 186  
Ilha do Governador  
21921, Rio de Janeiro

MAIS CARTAS NA PÁGINA 6/ COMO ASSINAR O BOLETIM NACIONAL NA PÁGINA 7

# PT mostra o caminho: Reforma Agrária Já!

O adiamento da Reforma Agrária por 50 dias põe em perigo o único projeto do governo que tem impacto popular. Um projeto levado pelo setor mais progressista da Aliança Democrática, mas combatido ferozmente pelo setor reacionário dessa mesma aliança. Adiar por 50 dias é o mesmo que engavetar.

O governo não resistiu às pressões dos latifundiários e adiou a Reforma Agrária. Diz que adiou só por 50 dias. Mas o fato é que esses 50 dias levam o começo dos assentamentos para depois do início do ano agrícola. Perde-se, portanto, um ano precioso, no qual deveriam ser assentadas as primeiras 100 mil famílias. Os latifundiários anteciparam-se aos planos do governo e transformaram a proposta da Reforma Agrária numa questão ideológica,



ca, conseguindo dessa forma neutralizar a burguesia industrial. Ao terror ideológico, somaram o terror no campo, armando milícias particulares.

O PT desde o início apoiou os planos da Reforma Agrária, mesmo considerando-os tímidos, por reconhecer que representam um avanço, e que estão sendo propostos por um setor progressista do governo. Mas o PT não ficou só nas palavras e nem descuidou da mobilização popular. Em San-

ta Catarina, quase 1500 famílias conseguiram arrancar um acordo com os governo estadual e federal, que lhes dará posse de terra para viver e trabalhar. Um acordo pioneiro, que mostra que só a mobilização popular conseguirá forçar a Reforma Agrária. O governo proibiu que o nome da CUT constasse no acordo. Mas foi a presença da CUT, dos líderes de trabalhadores rurais ligados à CUT, que permitiu a vitória do Oeste catarinense. (pg. 3)



## O BNH da Nova República

*Salvar os bancos, e não os mutuários. Essa é a razão dos incentivos oferecidos pelo governo a quem concordar com o reajuste semestral da prestação da casa própria.*

O objetivo central da Nova República hoje no campo habitacional não é resolver o problema da escassez de moradias no país, mas sim salvar da falência o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Em última instância, os "incentivos" oferecidos a quem optar pela fórmula da semestralidade - isto é, concordar em ter suas prestações da casa própria aumentadas duas vezes por ano - visam exatamente reduzir a vulnerabilidade dos bancos. Ou seja, diminuir a defasagem entre o que eles têm que pagar às cadernetas de poupança e aquilo que recebem de volta pelos empréstimos na área imobiliária.

Se essa defasagem continuar aumentando - junto com a inadimplência - o SFH poderá explodir. E com ele, boa parte do sistema financeiro nacional. É fácil entender por quê. Apenas o Bradesco, por exemplo - o maior conglomerado financeiro do país - capta atualmente 58,6% de seus recursos através das cadernetas de poupança. No caso do Itaú, a poupança representa mais de 40% de todos os recursos que têm a sua disposição. E mais, o volume de dinheiro movimentado atualmente pelo SFH - via poupança e FGTS - é seis vezes superior à massa de moeda em circulação na economia. Ou duas vezes mais do que tudo o que o go-

verno arrecada em impostos por ano.

Portanto, se falhar a engrenagem desse gigantesco mecanismo, as conseqüências são imprevisíveis. Resta saber se a salvação do SFH e do BNH - nos moldes atuais - irá melhorar substancialmente a oferta de moradias para os trabalhadores. Tudo indica que não. Nos seus 20 anos de existência, o SFH financiou apenas 4 milhões de habitações. E ainda assim pessimamente distribuídas. Somente 20% dos empréstimos foram canalizados para aquele segmento da população que ganha até 5 salários mínimos.

E é justamente aí que se concentram 88,5% do déficit habitacional brasileiro. O resultado é que a favelização das grandes cidades atingiu níveis alarmantes. Em São Paulo, por exemplo, apenas 1,5% da população vivia em favelas e cortiços em 1960. Hoje, segundo dados da Secretaria da Promoção Social da cidade, quase 50% da população moram nessas condições. O número de favelas na capital paulista cresceu 400% nos últimos dez anos.

Para evitar que esse quadro se torne ainda mais sombrio, a Nova República teria que construir 13,5 milhões de residências urbanas - e mais 3 milhões no campo - até o final dos anos 80. As chances de que isso ocorra, se não houver mudanças no SFH, são remotas. Em primeiro lugar, porque a violenta queda no poder aquisitivo dos trabalhadores marginalizou-os do mercado de consumo, tornando mínimas suas chances de acesso à casa própria. Além disso, é preciso levar em conta que mais de 50% de toda a captação de poupança no país estão nas mãos dos bancos privados. Através deles, esse dinheiro que deveria financiar programas sociais de habitação acaba sendo desviado, de um jeito ou de outro, para as faixas de alta renda.

Portanto, ao invés de se preocupar em salvar os banqueiros, a Nova República deveria reformu-

lar radicalmente a política habitacional brasileira. E para isso seria indispensável: 1. Estabelecer um cronograma de aumento da renda real dos trabalhadores; 2. Instituir o monopólio da captação de poupança em mãos do Estado; 3. Financiar prioritamente projetos

de auto-construção popular e menos às empresas imobiliárias e 4. Canalizar subsídios para a área social e menos para as mãos dos exportadores e usineiros de açúcar e álcool.

Cláudio Cerri



Lula e os peruanos visitam Sta. Catarina

## Nasce um novo PT

*Em lima, no Peru, está sendo criado um partido dos trabalhadores à semelhança do nosso PT.*

Está para ser fundado um Partido dos Trabalhadores no Peru. O nascimento do partido será durante o Congresso dos Trabalhadores Peruanos de 16 a 18 de agosto, em Lima.

Em abril do ano passado dirigentes sindicais e políticos do movimento operário popular realizaram um encontro que elegeu um Comitê Político Provisório de Coordenação do PT peruano. Participaram desse encontro dirigentes nacionais e de base da Federação dos Trabalhadores Mineiros - um dos órgãos mais representativos da classe operária peruana.

Dois representantes do PT peruano, Alejandro Tazza Nieves (Secretário Geral do Sindicato dos Eletricistas) e Maximo Paz Calle (Dirigente da Federação dos Mineiros) estiveram no mês passado em São Paulo para conhecer um pouco da experiência do nosso partido e para convidar

Lula a participar da abertura do Congresso dos Trabalhadores do Peru, em agosto. Lula já confirmou sua presença e seu apoio aos petistas peruanos.

Maximo Paz Calle conta, em entrevista ao Boletim Nacional, que o Peru vive, hoje, uma situação política que se caracteriza pela polarização cada vez mais forte entre classes e partidos. "Nós, que estamos fundando o PT, já há quinze anos trabalhamos integralmente em todas as grandes lutas do país. Sabemos que experiência semelhante à nossa viveram os companheiros brasileiros e estamos aqui para confrontar essas experiências."

Paz Calle diz que os dois partidos têm muito em comum - principalmente a luta pela libertação da classe trabalhadora - e garante que podemos contar com uma organização irmã no Peru.

Marisa Lourenço

## CERTO DIA NA NOVA-REPÚBLICA...



MARCIUS 85

## A ocupação de terras no Oeste Catarinense

O governo impediu que o nome CUT constasse no primeiro acordo de assentamento feito após o anúncio da Reforma Agrária. Mas esse acordo só aconteceu graças à liderança do bloco dos sindicalistas rurais ligados à CUT. Eis os lances dessa reforma agrária feita na marra.



O acampamento dos sem terra no Oeste Catarinense.

**dia 27/05**

Dia em que Sarney anuncia no Congresso da CONTAG os eixos de sua proposta (do governo) de Reforma Agrária; 1.370 famílias, cerca de 4 mil pessoas, ocupam 4.000 hectares nos municípios de Abelardo Luz, São Miguel do Oeste, Mondai e Romelândia, no Oeste Catarinense. Foi uma ação simultânea. Durante a semana, a CUT, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina (FETAESC); a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o PT e outras entidades criam na capital um comitê de solidariedade aos sem terra.

**dia 02/06**

É fechado um acordo entre o governo do Estado, Incra e Ministério da Reforma Agrária de um lado e de outro lado, uma comissão composta pela CUT, Sindicatos, CPT e representantes dos ocupantes.

**O acordo**

Governo compromete-se a adquirir 2.000 hectares para um primeiro assentamento e mais 20.000 para assentar um total de duas mil famílias. O governo se compromete a alojar as famílias provisoriamente em uma área pequena para que desocupem as terras ocupadas e aguardem a compra dos primeiros 2 mil hectares. O prazo para o assentamento definitivo nestes primeiros 2 mil hectares é de 90 dias.

Os trabalhadores conquistam ainda o direito de participarem de todas as etapas da Reforma Agrária em Santa Catarina.

**dia 06/06**

Começa a transferência das famílias para o acampamento provisório.

**dia 27/06**

Governo adquire 750 hectares. Trabalhadores comprometem-se a não fazer nenhuma ocupação durante a vigência do acordo. De duas em duas semanas a Comissão de Negociação se reúne com o governo para avaliações do processo. O Governo Federal impede que o nome da CUT saia no acordo como signatária.

**Avaliação**

Acordo vitorioso, ainda não totalmente cumprido. Foi a mais importante conquista dos trabalhadores rurais nos últimos tempos — Realizam Reforma Agrária na prática. Os camponeses mantêm-se mobilizados para garantir o cumprimento do acordo, enquanto latifundiários armam seus capangas em toda a região. Vitórias possíveis pela existência do bloco de Sindicatos Rurais da CUT, como em São Paulo com os Metalúrgicos.

Paulo Rizzo  
(1.º Secretário da Executiva Regional do PT-SC)

## PALAVRA DE LÍDER

### Precisamos encarar nossa postura política

O governo não consegue tomar nenhuma medida de impacto popular. O populismo vai puxando pedaços à direita e à esquerda da Aliança Democrática. É nesse quadro que o PT deve encarar a sua própria postura política.

Duas características marcam, hoje, o quadro político brasileiro.

O governo da Aliança Democrática, após a fase de grande euforia e das manifestações expressas de apoio junto à população, começa a enfrentar os primeiros desgastes. Vai caindo o véu do entusiasmo e da esperança do povo em mudanças prometidas e tão comentadas. A decretação do novo salário mínimo, o aumento das prestações do BNH, a nova regulamentação do Imposto de Renda, as propostas de reformas institucionais restritivas e conservadoras, são exemplos de que a expectativa em mudanças começa dar lugar a um espírito crítico e cético em parcelas da população. A existência de um governo civil de conteúdo conservador e autoritário — a essência da transição — é incapaz de atender às aspirações de mudanças econômicas, sociais e políticas que compõem o quadro das expectativas populares.

A outra marca dessa fase da "Nova República", dirigida pelo Governo Sarney é a explicitação e o avanço da hegemonia conservadora e direitista, dentro e fora do governo para preservar intactos os privilégios das classes dominantes. A atitude diante das greves, a ofensiva contra a campanha pela Reforma Agrária (mais do que a simples aplicação do Estatuto da Terra), as nomeações para o segundo e terceiro escalões da máquina administrativa, a orientação econômico-financeira do governo, a orientação explícita dos donos dos principais meios de comunicação em relação às manifestações do movimento operário e popular, etc., são sinais dessa ofensiva. E o movimento das classes dominantes para explicitarem o seu projeto político.

A partir desse quadro mais geral podemos afirmar que o governo não tomou nenhuma iniciativa de impacto popular. Algumas medidas apresentadas como "novas", a proposta de Lei de Greve, o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Ato Convocatório da Constituinte estão contribuindo para desgastar a "Nova República", seja pelo caráter dessas iniciativas ou pela falta de coordenação e unidade política do governo.

A Aliança Democrática, base

de sustentação político-parlamentar, está se fragmentando devido às disputas regionais, os interesses fisiológicos e a própria luta pela hegemonia na sucessão de Sarney. Enquanto o PFL cresce como um verdadeiro aglomerado de deputados buscando aproximar-se da máquina executiva. O PMDB enfrenta uma crise séria que pode ser mortal para um partido que galvanizou o sentimento oposicionista até a campanha das DIRETAS JÁ: nem é governo nem é oposição. Assume o ônus de defender medidas impopulares do governo e nem defende mais o seu programa de meras reformas no capitalismo junto à população. Isso vem contribuindo para a falta de apoio parlamentar do governo e para algumas derrotas nesse terreno: a votação do caso Sul-brasileiro, da propaganda eleitoral, dos dois turnos para as eleições municipais de 1985. É nesse quadro que o populismo via PDT ou PTB tenta crescer puxando fatias tanto à direita como à esquerda do PMDB.

E nesse quadro que o PT deve encarar a sua postura política.

Isso é mais importante pelo fato de lutarmos por um projeto político alternativo e oposto ao da Aliança Democrática. Existem, na conjuntura, fatores favoráveis a essa perspectiva. Resta-nos elaborar uma política clara e coerente com esse rumo.

O rolo compressor da Aliança Democrática já não é tão forte e compacto junto à população. Hoje há melhores condições para construir uma alternativa de massas de oposição ao governo da Aliança Democrática, derrotando a tática de isolamento dos trabalhadores e das forças populares.

José Genoíno

Deputado Federal do PT, por São Paulo



**VAMOS À LUTA**

Partido dos Trabalhadores



## ELEIÇÕES 85

Em São Paulo, Suplicy é lançado como candidato de unidade para uma campanha de massa. Em alguns estados, as escolhas das convenções geraram feições que precisam ser trabalhadas.

# No fio da navalha

*Não adianta esconder: os primeiros resultados das convenções municipais do PT provocaram enormes apreensões entre militantes e dirigentes do Partido.*

Em Belo Horizonte e Caxias (RJ), as convenções para indicar candidatos às eleições municipais deste ano terminaram em perigosas divisões públicas do partido. Em alguns casos, fala-se em saída em massa de militantes descontentes com os resultados das convenções. Em outros estados, embora ninguém se disponha a contestar os resultados das manifestações democráticas das bases do partido, há sinais de outros problemas: fracionamento internamente, conseguirá o PT transformar a campanha eleitoral de 1985 numa ampla campanha de massa, aberta e democrática, capaz de nos ajudar a enfrentar os dois grandes desafios da conjuntura?

O primeiro desafio se expressa na própria realização das eleições municipais nas capitais e em mais 105 municípios antes considerados áreas de segurança nacional ou estâncias hidrominerais. Por quê? Porque elas se constituirão no primeiro grande teste político da Aliança Democrática desde a sua vitória no Colégio Eleitoral. Nesse sentido, só há duas possibilidades: ou as eleições se transformam em uma primeira oportunidade para que a massa de eleitores (40 a 50 milhões) manifestem a sua insatisfação política diante dos rumos tomados pela economia e pela política da Aliança Democrática ou elas servem para reforçar a transição conservadora em curso, potencializando um maior contingente de apoio popular ao governo Sarney e às suas propostas.

Só isso já deveria ser suficiente para definir o papel do PT que, não aceitando o ritmo nem a natureza conservadora da atual transição, deseja constituir uma oposição popular ao governo da Aliança Democrática, capaz de se constituir, também, em um pólo impulsor das transformações que a sociedade exige. O que está em jogo não é apenas mais um governo eleito indiretamente, mas um projeto estratégico, de longo alcance, que, bem sucedido, trará o terreno de avanço das forças que representam a luta dos trabalhadores. A própria capacidade hegemônica desenvolvida pela Aliança Democrática — que não apenas logrou uma base de apoio entre parte das camadas médias, mas se implantou, também, entre setores da classe trabalhadora — indica a magnitude dessa questão.

No entanto, o segundo desafio colocado pela conjuntura é ainda

mais importante para o PT: o desempenho eleitoral abaixo da crítica (quer dizer, inferior ao que tivemos em 1982 ou inferior aos 3% de votos exigidos pela lei para o funcionamento dos partidos) poderá representar um grande risco de inviabilização do projeto do PT em plano nacional. É bastante conhecida a nossa precária implantação em muitos estados do país, tornando muito difícil as condições para que o PT exerça o papel de um pólo contra o governo Sarney.

Não se trata de imaginar, nem de longe, que a nova estratégia dependa exclusivamente dos resultados eleitorais, mas de ter em conta que um desempenho eleitoral positivo — aberto, democrático, capaz de aglutinar amplos setores sociais — bem articulado com as lutas dos movimentos po-



Suplicy: no reduto do PT, a unidade

pular e sindical, implicará em alterar a atual correlação de forças. Propiciará as condições para que

os trabalhadores passem, também, a jogar um papel decisivo para alterar os projetos elitistas da Aliança Democrática quanto à Constituinte (Congresso com poderes de modificar a Constituição) a ser eleita em 1986.

Portanto, se quisermos converter a nossa proposta de exercício do poder pelos trabalhadores em algo viável, ela terá de enfrentar — e bem — o teste das eleições de 1985. E por isso que é necessário planejarmos uma campanha eleitoral ampla, aberta, massiva e de lutas. Só assim a nossa participação nas eleições de 1985 se converterá, ao mesmo tempo, em uma resposta à transição conservadora e será um passo decisivo na consolidação do próprio PT.

Por tudo isso, será preciso vincular as eleições municipais com a luta pela democratização radical do país e portanto com o processo de convocação da Constituinte com ampla participação popular. A isso se conjugam necessariamente as tarefas permanentes de impulsionar as lutas do movimento sindical e popular para conquistar transformações econômico-sociais efetivas no país. Se conjugam, também, dois eixos centrais que, do ponto de vista dos trabalhadores, são essenciais em qualquer processo de democratização: 1 - a luta pela participação e controle popular sobre a administração pública, 2 - a redefinição das prioridades para a aplicação dos recursos humanos e materiais das prefeituras segundo as necessidades sociais (e não como campo para lucros privados). O PT precisa usar a campanha eleitoral para mostrar que as nossas cidades podem dar certo, se elas forem administradas pela população e se elas passarem pelo crivo das prioridades sociais, tal como definidas pelos movimentos populares.

É por tudo isso que o PT precisa estar unido e coeso em uma grande vontade política nas eleições de 1985. As nossas divisões, justas no debate interno, não podem servir de base para o avanço da Aliança Democrática ou mesmo para a inviabilização de um projeto de partido de massas que, derrotado agora, demorará muitas décadas para ser retomado, senão completamente riscado da história das lutas sociais no Brasil.

José Alvaro Moises  
membro do Diretório Nacional e  
de sua comissão para as  
eleições municipais.

## A Crise de Minas Lula e Weffort conclamam à unidade

*Os companheiros Luis Inácio Lula da Silva e Francisco Weffort, presidente e secretário geral do PT, estiveram em Belo Horizonte no dia 2 de julho para discutir com as lideranças do Partido em Minas idéias que permitissem superar a crise provocada pela divisão do Partido durante a sua convenção municipal. Lula e Weffort mantiveram longas discussões com representantes das duas candidaturas, a do nosso deputado estadual João Batista de Mares Guia, derrotada, e de nosso companheiro Virgílio Guimarães, vencedora. Dessas gestões nasceu a idéia do encontro estadual mineiro, no dia 28 de julho. O BOLETIM NACIONAL publica o trecho principal da nota escrita por Lula e Weffort sobre essa viagem, na qual eles conclamam o PT de Minas a recompor sua unidade: As opiniões de Lula e Weffort são as seguintes:*

“Primeiro: a Direção Nacional reconhece que a Convenção de Belo Horizonte se realizou de acordo com as normas e que, portanto, seus resultados são legais e legítimos. Segundo: a Direção Nacional constata, porém, que os resultados da Convenção levaram a uma crise no PT do Estado de Minas Gerais, a uma fratura partidária cuja conseqüência não podemos ignorar. Terceiro: a Direção Nacional entende, por isso, que as lideranças em Minas deverão se empenhar, com força de vontade e boa fé, na busca de uma saída política que possibilite a reunificação do Partido no Estado e a condução da campanha de Belo Horizonte em condições mais favoráveis”.

No andamento dessas conversações surgiram ainda duas idéias que cabe relatar. O companheiro Lula sugeriu que a busca de uma saída seria, talvez, facilitada pela convocação de uma reunião plenária dos militantes e filiados do Estado, onde a situação pudesse ser apresentada e discutida pelo conjunto do Partido. O companheiro Luiz Dulci, como presidente do PT no Estado, informou aos presentes sua convicção sobre a necessidade da convocação de um Encontro Estadual em que a questão da Capital fosse apresentada ao Partido.

a) Luis Inácio Lula da Silva  
Francisco C. Weffort  
São Paulo, 5 de julho de 1985

CONSTITUINTE  
★ PT ★  
URGENTE

# A Constituinte que queremos

O PT apresenta a mais bela e completa proposta de convocatória de uma Constituinte livre e soberana.

*O PT conseguiu sua primeira vitória na luta pela convocação de uma Constituinte democrática e soberana: no último dia 28 de junho a bancada federal do Partido obteve o número mínimo de assinaturas (160 deputados e 23 senadores) para garantir que a proposta de Ato Convocatório da Constituinte elaborada pelo PT seja discutida no Congresso Nacional.*

*Este Ato Convocatório foi entregue pela Executiva Nacional do PT às lideranças políticas do Congresso e ao Presidente da República, e difere radicalmente da proposta de convocação do próprio presidente Sarney que apenas dá poderes Constituintes ao Congresso a ser eleito em novembro de 86. O PT propõe eleições específicas para uma Constituinte em março e não aceita que os senadores eleitos em 82 com mandato até 1990 sejam automaticamente constituinte biônicos, como prevê o projeto do governo. A proposta de Sarney não determina a eliminação prévia de nenhuma das leis de exceção (como LSN, lei de imprensa, salvaguardas constitucionais) e nem a constituição de comissões municipais para discutir a Constituinte, como propõe o PT.*

*Com esta proposta do governo, tornou-se ainda mais urgente a divulgação e discussão da proposta do PT, que o Boletim Nacional divulga na íntegra:*

## Justificação

“... Defendemos a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre em relação à Leis repressivas e arbitrarias, e soberana em relação ao Poder Executivo, especialmente convocada para elaborar uma nova Constituição, fruto de amplo debate nacional, eleita em condições de liberdade e participação amplas...”

“... A rigor, não há nenhum órgão, pessoa ou poder especialmente competente, para convocar o poder constituinte originário. Tudo o que se pode dizer, em aproximação, é que esse Ato Convocatório pode ser praticado por aqueles que, legitimamente, representam o povo soberano. Na situação atual de nossa desorganização política, após mais de duas décadas de ditadura, essa le-

gitimidade cabe ao Congresso Nacional, de cujos componentes a maioria foi eleita pelo povo, embora com distorções representativas de monta, de todos conhecidas. Frise-se, no entanto, que, quanto à Constituinte, a intervenção do Congresso deve limitar-se à sua convocação e nada mais...”

“... O defeito da fórmula de eleição do futuro Congresso com poderes constituintes é patente: o órgão constituinte já nasceria investido de poderes estritos e limitados, pois uma das peças-chave do mecanismo constitucional, a saber o Legislativo, viria montado e organizado antes mesmo que a Constituinte se instalasse. Não se pode afirmar que a atual organização do Congresso seja ótima à luz das grandes necessidades nacionais. E também não se pode evitar que membros de uma Constituinte, a ser transformado em Congresso ordinário, sejam tentados a formular normas constitucionais em causa própria.

A convocação da Constituinte não pode ser retardada para o final de 1986; tanto mais que tudo aconselha venham o novo Legislativo e os novos governantes a serem eleitos sob o império da nova Constituição, a partir justamente do final do próximo ano.

Daí a proposta de se convocarem eleições para a Constituinte no primeiro semestre de 1986 e de se organizar oficialmente ampla consulta popular — através de Comissões Consultivas Municipais — em preparação à elaboração constitucional, durante o segundo semestre do corrente ano.

Resta uma última questão no caminho dessa indispensável e urgente reconstitucionalização: é a tomada de decisões legislativas consideradas necessárias para remover obstáculos — o chamado “entulho autoritário” — às eleições para Constituinte. A proposta ora apresentada afasta, com a simplicidade de breves disposições, esses obstáculos. Ela une, num mesmo diploma, matéria constitucional e matéria legislativa ordinária. Por isso, a forma escolhida foi a de uma PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO.

Propomos, na linha da remoção dos obstáculos à liberdade de manifestação e expressão políticas, a revogação das “Salvaguardas Constitucionais” e as atribuições que a atual Constituição confere ao Conselho de Segurança Nacional. Nesse mesmo sentido somos pela revogação da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e Lei de Greve. Na proposição que fazemos reafirmamos o princípio da livre organiza-

ção partidária e a extensão do direito de voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos.

O estabelecimento do critério da proporcionalidade pelo número de eleitores para a composição da Assembléia Nacional Constituinte funda-se no fato de que a soberania popular não comporta, numa eleição proporcional, desigualdade entre os eleitores dos Estados.

## A CONVOCATÓRIA (Proposta de emenda à Constituição)

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional.*

Art. 1º. São convocadas, para 1º de março de 1986, eleições em todo o País, para a composição de uma Assembléia Nacional Constituinte, unicameral, encarregada de elaborar e votar a nova Constituição do Brasil.

Art. 2º. Para as eleições de que cuida esta Lei poderão alistar-se como eleitores todos os cidadãos brasileiros com, no mínimo, 18 anos completos.

Art. 3º. O número de representantes na Assembléia Nacional Constituinte será calculado proporcionalmente ao número de eleitores por Estado, mantendo-se como patamar mínimo o atual número de deputados federais por Estado.

§1º. Para fixar o número de representantes de cada Partido no conjunto do País, haverá, além dos coeficientes eleitorais estaduais, um coeficiente eleitoral nacional.

§2º. No cálculo do número de representantes de cada Partido serão computados, também, os votos de legenda obtidos em todo o País, e serão considerados eleitos os candidatos cuja votação mais se aproxime do coeficiente eleitoral dos respectivos Estados.

Art. 4º. Os Partidos Políticos que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para a escolha de candidatos estarão habilitados a participar das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 5º. A propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, far-se-á em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os Partidos.

Parágrafo Único. É proibido qualquer propaganda eleitoral paga em rádio, televisão, jornais e revistas.

Art. 6º. A Assembléia Nacional Constituinte será instalada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Capital da República, no dia 21 de abril de 1986.

§1º. A Assembléia Nacional Constituinte elegerá, entre seus membros, a Mesa Diretora.

§2º. A Assembléia Nacional Constituinte deliberará sobre o prazo de seu funcionamento e data da promulgação da nova Constituição.

Art. 7º. Realizar-se-ão, em 15 de novembro de 1985, eleições em todos os Municípios, para composição de Comissões Consultivas Municipais, encarregadas de formular, em noventa dias, sugestões para a elaboração da nova Constituição.

§1º. Essas proposições serão enviadas diretamente à Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

§2º. A regulamentação das eleições de que trata este artigo será feita por Lei Complementar.

Art. 8º. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções complementares à realização das eleições previstas nesta Lei para a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 9º. Revogam-se os artigos 87 a 89 e 155 a 159 da Constituição Federal, bem como a Lei de Segurança Nacional (7170), Lei de Greve (4330), Lei de Imprensa (5250) e Decreto Lei nº 1632.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor este Ato a partir da sua publicação.



## Bem-vindos os novos companheiros

Nas últimas semanas vários ativistas políticos de outros partidos vieram para o PT. Entre eles destacam-se a deputada federal Luiza Fontenelli (ex-PMDB) e o vereador Humberto Cunha (ex-PMDB) que são candidatos à prefeitura de Fortaleza e Belém do Pará respectivamente.

Humberto Cunha esteve no PMDB durante cinco anos e foi o quinto vereador mais votado em 82, mas garante que sua campanha sempre foi de apoio crítico e que sempre esteve ligado aos movimentos populares.

Humberto fala de sua saída do PMDB, em entrevista ao Boletim Nacional: "O clima de divergências entre o PMDB e eu acentuou-se após a eleição do governador peemedebista no Pará.

Episódios como a prisão do ispo de Altamira, as constantes greves de professores que nunca receberam a atenção do governo do Estado e a ida ao Colégio Eleitoral tornaram a situação crítica. Esse clima indicava que minha saída do partido era uma questão de tempo."

Humberto trouxe 500 filiados para o diretório de Belém, conseguiu 85% dos votos na pré-convenção e o lançamento de sua candidatura será dia 11 de agosto junto com a convenção para a qual Lula já foi convidado.

"O PT na nossa região é fraco, pequeno e nosso grande desafio, agora, é fazer crescer substancialmente o Partido, sem esquecer que podemos vencer as eleições."

Marisa Lourenço

## Mulheres do PT participam de encontro continental em Havana

Convocadas pela Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção, 296 mulheres, representando 27 países da América Latina e do Caribe, participaram, de 3 a 7 de junho passado, de um encontro em Havana, Cuba, para avaliar, discutir e propor soluções à crise econômica e aos problemas políticos que afetam todo o continente. O tema central do encontro foi "Situação da Mulher na América Latina e no Caribe Hoje" e dele participaram oito companheiras do PT, entre elas as deputadas Irma Passoni (federal-SP) e Lúcia Arruda (estadual-RJ).

Por unanimidade, as mulheres participantes do encontro concluíram pela necessidade de desencadear um esforço concreto na unidade de ação dos povos latino-americanos e do Caribe para enfrentar a crise. Daí surgiu um compromisso entre todas de difundir em seus países as conclusões do encontro e de pressionar governos, partidos e entidades a adotarem medidas que realmente promovam a independência e o desenvolvimento dos povos.

Os trabalhos foram divididos em quatro comissões, que anali-

saram os seguintes temas: "Exame da situação econômica da mulher na América Latina e no Caribe", "Integração da mulher na realidade política do continente e de seus países", "Multiplicidade nas formas de luta" e "Mulher, arte e cultura no continente".

A Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção (militar, política, ideológica, econômica, etc) surgiu em Manágua, Nicarágua, em 1982, como um dos principais acordos do 1º Encontro Continental de Mulheres pela Independência Nacional e pela Paz. A coordenadora da Frente é a comandante Doris Tijerino, da Nicarágua, e a secretária executiva é Mireya Baltra, do Chile, ex-ministra do governo de Salvador Allende.

Neste encontro em Havana, além das duas deputadas do PT, participaram as companheiras Rosalina de Santa Cruz Leite (Comissão de Mulheres - SP), Luzia Rodrigues (Secretaria de Relações Internacionais), Marta Suplicy (TV-Mulher), Ethel Leon (Jornal Mulherio), Rose Nogueira (TV Globo) e Angela Duffles Teixeira (MG).

Irma Passoni

## O PT e a Reforma Agrária

Alagoa Grande, 13 de maio de 1985.

Aos companheiros membros da Executiva Nacional do PT.

Os trabalhadores rurais de Alagoa Grande, vêm por meio desta, dizer que não gostaram do jeito como foi colocada a questão da Reforma Agrária, no último programa do partido na TV. O movimento sindical combativo, não só em Alagoa Grande mas a nível nacional, tem defendido sua posição totalmente diferente do que foi defendido pelo PT. Nós não concordamos com a visão de que a Reforma Agrária significa a aplicação do Estatuto da Terra, que expressa o mesmo conteúdo da proposta do PT, defendida no programa. Entendemos, sim, que a verdadeira Reforma Agrária deve visar em 1º lugar o fim da exploração no campo e que por isso não se pode favorecer qualquer que seja a propriedade que se sustenta na exploração do trabalho rural.

Sentimos a preocupação da Direção Nacional do PT de evitar o isolamento do partido a que esteve ameaçado com a avassaladora onda moderadora inspirada por Tancredo Neves. Porém achamos que qualquer política que vise este fim não pode ser em detrimento dos princípios do partido. Pois o objetivo principal do PT não é crescer por crescer, mas o de se transformar no canal principal de expressão e organização dos trabalhadores na sua luta contra o capitalismo, por uma sociedade sem explorados nem exploradores.

Por aqui se nota o impacto negativo, sobretudo na imprensa.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande

## Uma dona-de-casa escreve para o Lula

São Paulo, 23 de abril de 1985  
Sr. Luiz Inácio Lula da Silva:

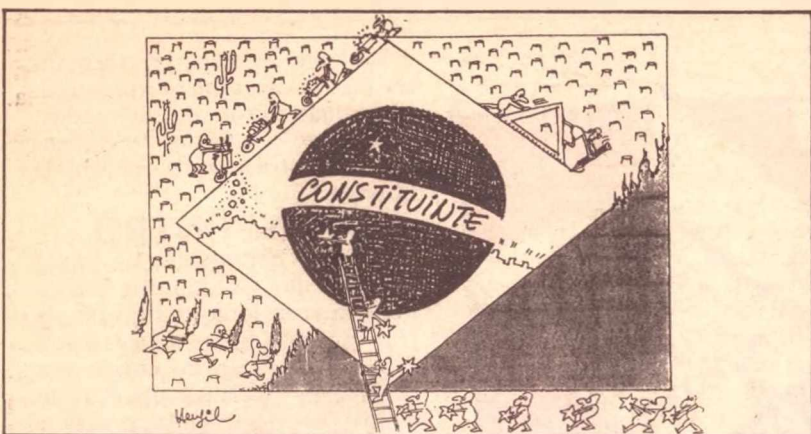
Sou modesta dona-de-casa, ex-classe média, esposa, mãe, cristã praticante e militante, não sou filiada ao PT mas confesso que tive imensa simpatia pelo seu partido, até entender que política é uma coisa viva e dinâmica, como a própria vida, e o PT é estático; traçou uma linha de conduta e vai em frente. Isso percebi quando foi para discutir a ida ao Colégio Eleitoral... Mas, deixa pra lá. Se lhe escrevo é porque gostaria de alertá-lo a respeito do PACTO

SOCIAL, que o novo governo está pensando em propor e V.Sa., mas como líder sindical tem condições de fazer uma barganha.

Pacto Social, tudo bem, mas em troca a gente quer congelamento dos aluguéis e mudanças no BNH, ou em todo o sistema financeiro. V.Sa. sempre se refere às bases. Eu não sei como é que V.Sa. ouve as bases. Porque a gente pode induzir uma consulta às bases, fazendo as propostas para a discussão e depois sai dizendo que ouviu as bases. Eu lido muito com gente. Ouço jovens e casais, amigos, compadres, vizinhos, fila de ônibus, porta de colégio, supermercado, feira etc. Ouço muito. Por isso sei que as pessoas gostariam de ver seus aluguéis congelados, pois daria tempo de formar comunidade, conhecimento, amizade, se não tivéssemos que mudar a cada aumento. Mesmo porque, sabe sr. Lula, as pessoas aumentam os aluguéis indiscriminadamente: você paga o aumento por um quarto num cortiço com a mesma taxa de um imóvel com todo conforto: armários, azulejos, jardins etc. Não está certo, não é mesmo? Outra coisa: a Caixa Econômica emprestou dinheiro a vida inteira, fazendo os cálculos pela Tabela Price. Assim, se V.Sa. podia comprar uma casa, ia ficar até o fim pagando a mesma prestação, sem correção monetária. Pagando a correção monetária, a gente está sempre atualizando o saldo e as prestações, e a correção monetária aumenta a inflação, inflação essa que não somos nós que fabricamos. A gente sabe que o próprio governo inflaciona o país com o esbanjamento do dinheiro público. E nós pagamos duas vezes isso: quando pagamos os impostos e quando pagamos a correção monetária. Onde buscar recursos para o BNH sem mexer nas cadernetas de poupança, que é a desculpa que o governo dá para não mexer na prestações? Talvez no Finsocial, ou na porcentagem da loto, ou da loteca, ou do jogo-do-bicho. De que adianta Finsocial se na hora da necessidade têm que ficar catando dinheiro? Para sustentar o esporte, no fim precisa de anúncio nas camisetas ou de atleta adotado? Pense, por favor, e tome uma atitude, já que V.Sa. tem interesse em fazer carreira política, que o congelamento dos aluguéis e as prestações da CASA PRÓPRIA têm que sofrer modificações e faça a proposta. Tá bom?

Agradeço a atenção, e pelo amor de Deus não me mande resposta de senador, como faz o meu deputado, o meu assessor, tá? Se for, nem precisa responder. Cordialmente,

Rozelis Guidi Caruso  
Rua Professor Atilio Inocenti



## Que Constituinte?

Dois vizinhos, Paraná, 03 de maio de 1985.

Acabo de ler no Boletim de março de 85 o artigo sobre a constituinte de autoria do companheiro Marco Aurélio Garcia. Não sei se é interpretação errada de minha parte, mas parece haver uma contradição no seguinte trecho: "Não há nenhuma incompatibilidade de que funcionem ao mesmo tempo a Constituinte e o Congresso Nacional".

O companheiro Amorim manifesta em sua carta uma mais que justificada preocupação com o futuro da Assembléia Nacional Constituinte. Penso, no entanto, que fez uma leitura equivocada do texto que publiquei no Boletim n.º 9. Se não vejamos: não há condições de proibir que os atuais congressistas venham a se candidatar a uma Constituinte...

O problema para o qual o companheiro Amorim aponta é outro e de natureza política. Como fazer para que boa parte dos atuais congressistas, cujo conservadorismo é conhecido, não venham a

ser eleitos para a próxima Constituinte? Este é o grande desafio que está colocado para os trabalhadores e para o PT em particular. Entender que o terreno da luta institucional ainda que difícil e escorregadio deve ser disputado. Que aí devemos fazer sentir a voz dos trabalhadores, nele projetando as lutas sindicais e populares, as reivindicações dos mais distintos movimentos sociais. Uma coisa é certa: se os trabalhadores se desinteressarem deste momento constituinte por considerarem que a batalha está de antemão perdida, nós seremos efetivamente derrotados. As classes dominantes não estão dispostas a abandonar a luta, ainda que se mostrem visivelmente inquietas com o seu resultado.

(Marco Aurélio Garcia)

## A Escolinha do Partido

Veja como o PT ajudou a construir uma escolinha em Urucurituba, no Amazonas, apesar do boicote do prefeito do PMDB.

A luta dos companheiros da Comunidade de Boa Esperança em Urucurituba começou quando pedimos uma professora para lecionar. Como o prefeito, Alexandre Gomes, respondeu que não tinha, os companheiros passaram a pedir o remanejamento de algum professor que quisesse trabalhar em Boa Esperança. Os próprios petistas fizeram a pesquisa para saber se havia algum. Foi encontrada noutra vila, chamada Arrozal, distante cinco horas de barco, a professora Alaide.

A professora aceitou a transferência e deu aula por todo o ano de 1984. Mas, para 85, a professora gostaria de contar com melhores condições de trabalho. As aulas eram numa casa alugada e a professora tinha por obrigação deixar o local limpo e às vezes encerado. Os companheiros compreenderam e levaram a reivindicação para o prefeito. O prefeito remeteu o problema para a Câmara dos Vereadores que deveria apresentar um projeto de lei criando a escola...

Abandonados pelos vereadores e pelo prefeito, os companheiros começaram a discutir como superar o impasse. José Corrêa, presidente do PT no município, convidou todos os pais e alunos para procurar uma saída para o problema. Na discussão a professora, que já era moradora, também participou.

Foram formadas comissões diversas. Uma iria nas serrarias fazer o levantamento de preços da madeira. Outra iria reunir o dinheiro e outra iria organizar as diversas campanhas e atividades para angariar recursos. O bingo foi uma das atividades onde cada um dava de seu próprio quintal ou fruteiras, suas galinhas, patos,

porcos, cacau etc. Cada companheiro dava alguma coisa para "bingar" de sábado em sábado.

Depois de somado o dinheiro arrecadado, viu-se que com um pouco a mais de esforço cada um poderia tirar do seu próprio bolso para acelerar o total necessário. Assim foi feito.

Chegada a madeira começou o processo de construção na base do mutirão. Todos trabalharam inclusive a professora e as crianças. A inauguração foi no dia 12 de maio, dia das mães. "Para não dizer que estávamos fazendo algo contra a vontade do prefeito, ele também foi convidado para a inauguração, o qual não compareceu — como já era de se esperar".

Todos ali compreenderam que a retirada da madeira pelo prefeito foi por motivos políticos porque todo o movimento era puxado pelos petistas, e facilitar a construção da escolinha era dar todo o mérito para o PT.

A escolinha é de madeira e coberta de palha e as aulas são na linha da libertação. A professora é também compositora de músicas para o PT e faz atividades teatrais com as crianças. A vila tem mais ou menos 50 famílias. José Corrêa é chamado pela Vila Boa Esperança de "o nosso prefeito". Nem precisa dizer que nessa vila todos os votos serão dados ao PT.

José Barroncas — Diretório Regional do Amazonas

### ERRATA

NO BOLETIM NACIONAL NÚMERO 10 DISSEMOS QUE O PT NÃO ESTAVA ORGANIZADO EM GOIÁS. ERRAMOS. O PT ESTÁ ORGANIZADO TAMBÉM EM GOIÁS.

## ATENÇÃO, LEITORES DO BOLETIM NACIONAL

Até a data de fechamento desta edição, recebemos 150 cupons de assinatura do BN com os respectivos cheques. As assinaturas são essenciais para que o BN mantenha sua regularidade nesta nova fase, e aumente sua qualidade e o número de páginas. Conforme explicamos na edição anterior, é importante que cada leitor do BN se torne assinante, mesmo que já contribua financeiramente como seu Diretório. Estamos convencidos de que o preço da assinatura é acessível à maioria dos companheiros do partido,

e para aqueles que não podem pagar uma assinatura anual, estamos abrindo a oportunidade de fazerem a assinatura semestral. Pedidos de assinatura para terceiros, também devem vir acompanhados de pagamento. Chamamos a atenção para o fato de que devido ao custo da própria remessa do cheque, e seu processamento, da ordem de Cr\$ 1.000, é mais econômico para os leitores e para o Boletim, a subscrição da assinatura bianual (que além disso sai mais em conta).

QUERO SER ASSINANTE DO BOLETIM NACIONAL / QUERO NOTIFICAR NOVO ENDEREÇO

NOME .....

RUA ..... CEP .....

CIDADE ..... ESTADO .....

ANEXO O PAGAMENTO NO VALOR DE  Cr\$ 15.000,- (BIANUAL)

Cr\$ 8.000,- (ANUAL)

Cr\$ 5.000,- (SEMESTRAL)

NOVO ENDEREÇO .....

MANDE SEU CHEQUE OU VALE POSTAL OU ORDEM DE PAGAMENTO PARA PARTIDO DOS TRABALHADORES (BOLETIM NACIONAL)  
AV. 11 DE JUNHO, 260  
CEP 04041, SÃO PAULO, SP



Atenção, mudança de endereço: caso você tenha mudado de endereço, mande seu novo endereço preenchendo o próprio cupom de assinatura (acima), mantendo no verso a etiqueta a ser modificada.



# Adiado o I Encontro Nacional dos Estudantes do PT

Vindos de dezesseis Estados, 124 representantes da ala estudantil do partido reuniram-se para debater sobre a linha de atuação do PT no Movimento Estudantil. Estudantes propõem agilizar o processo de mobilização do PT e acentuar sua presença no movimento estudantil, em função do próximo congresso da UNE. Entretanto, o Encontro não teve poder resolutivo devido ao grande número de irregularidades no processo de escolha dos delegados.

O primeiro Encontro Nacional dos Estudantes do PT (I ENEPT) não se realizou devido a uma série de irregularidades nas atas dos Encontros Regionais, apresentadas à Comissão de Movimentos Populares. Em seu lugar instalou-se, nos dias 6 e 7 em Diadema (SP), uma Reunião Plenária Nacional sem poder deliberativo.

A mesa foi composta pela Executiva Nacional representada por Perseu Abramo, Paulo Azevedo e Paulo Delgado (presidente da Comissão de Movimentos Populares). Também estiveram presentes, como convidados, Moacir Gadoti, presidente da Fundação Wilson Pinheiro e Gilson Menezes, prefeito de Diadema.

A decisão de não realização do Encontro, adotada pela Executiva Nacional, não poderia ser diferente uma vez que — baseando-se na análise das atas — constatou-se a precariedade de organização e o pouco empenho de várias Direções Regionais em acom-

panhar de perto as condições de sua viabilização e de adoção dos critérios estabelecidos pelo Diretório Nacional.

A respeito da insatisfação de alguns estudantes presentes, Paulo Delgado ressaltou que um fórum do partido não pode ser instalado em caráter deliberativo quando existem dúvidas e problemas incontornáveis em relação à escolha dos delegados e às resoluções das plenárias estaduais.

## IRREGULARIDADES

Seis Estados não apresentaram a ata oficial — Bahia, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro — e o Distrito Federal. Os representantes do Piauí e do Rio Grande do Sul não trouxeram nenhuma ata. Cinco Estados e dois Territórios (Alagoas, Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amapá e Roraima) não compareceram nem mudaram nenhuma informação.

As atas apresentadas pelos representantes da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Paraíba não continham resoluções políticas e Pernambuco anexou à ata, no ato do credenciamento, uma folha com as resoluções sem o visto da Direção Regional.

Apenas três dos 16 estados presentes confirmaram a filiação de seus delegados ao PT.

Rio de Janeiro, Distrito Federal e Paraná trouxeram listas de presença datilografadas sem as assinaturas dos delegados ao Encontro Estadual.

O número de presentes ao Encontro Regional do Mato Grosso não garantiu nenhum delegado e foram indicados três. Em Minas Gerais houve duplo critério na indicação dos delegados: quatro eleitos e onze referendados diretamente para o Encontro. A chapa "PT na luta pelo socialismo" sem direito a delegados — por não obter trinta por cento dos votos — apresentou doze delegados

irregulares. E mais, representantes do Rio de Janeiro apresentaram duas listas de delegados: uma sobre o quorum de credenciados e outra sobre o quorum de inscritos.

## O ENCONTRO

Embora constassem da pauta temas como Conjuntura Nacional e Internacional, a situação da Universidade, lutas educacionais e democratização do ensino e a construção orgânica do Partido dentro do Movimento, o debate maior se fez em torno da própria não realização do Encontro.

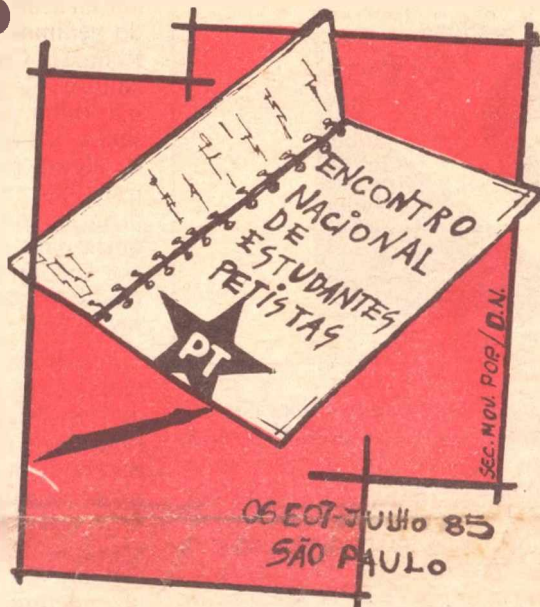
A Articulação dos Independentes aproveitou a Reunião Plenária para apresentar um documento sobre a Realidade do Movimento Estudantil e a linha política do grupo para o Movimento. Apresentou, também, uma proposta de lançamento — no 37º Congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) — de uma Campanha Nacional pelas Eleições Diretas para Reitor de Universidades.

Outro ponto muito discutido durante a Reunião Plenária Nacional foi a melhor data para a realização do I ENEPT. José Eduardo Braunschweiger, diretor do DCE-UERJ, afirmou que colocar a UNE ao lado das lutas dos estudantes e dos trabalhadores é tarefa prioritária para os estudantes do PT, e que o I ENEPT deve realizar-se ainda este ano, antes do Congresso da UNE.

A Executiva Nacional deverá estudar, nas próximas semanas, uma data para a realização do Encontro.

Marisa Lourenço

Pedimos aos colaboradores do Boletim Nacional que entreguem as matérias rigorosamente no dia combinado. Matérias enviadas voluntariamente são bem-vindas, e serão publicadas a critério do Boletim.



## BOLETIM NACIONAL

órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores,  
Avenida 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP

Nº 11 julho de 1985

Edição: Bernardo Kucinski/ Diagramação: Zé Ramos Nêto/ Secretaria: Marisa Lourenço e Marcia Milanesio/ Preparação de texto: Flávio Moreira Martins/ Produção: Mauro di Deus/ Distribuição: João Batista/ Alberto dos Santos/ Composição, fotolito e impressão: Editora Joruês. Tiragem: 60.000.



LUIZ SÉRGIO G DA SILVA  
RUA JOAQUIM TAVERA 1589  
04015 SÃO PAULO SP

0362673

IMPRESSO